



## PLANO DE CURSO

### **1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

**Curso:** Bacharelado em Direito

**Disciplina:** Direito Administrativo II

**Professor:** Mario Jorge Cardoso de Oliveira      **E-mail:** mariojorgecoliveira@gmail.com

**Código:** DIR26

**Carga Horária:** 60 H

**Créditos:** 3

**Pré-requisito(s):** -

**Período:** 5º

**Ano:** 2017.2

### **2. EMENTA:**

Das licitações. Dos contratos administrativos. Responsabilidade Civil do Estado. Intervenção do Estado na propriedade privada. Desapropriação. Bens Públicos. Recursos Naturais.

### **3. OBJETIVO GERAL DA DISCIPLINA:**

Proporcionar ao estudante o conhecimento das noções e concepções básicas dos atos administrativos; dos mecanismos com que a Administração supre as suas necessidades e contrata. A intervenção da Administração Pública na propriedade privada e o regime de seus bens

### **4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA DISCIPLINA:**

- Conhecer as formas com que a Administração Pública contrata, o processo administrativo correspondente, a natureza jurídica dos contratos administrativos, sua formação, alteração e rescisão;
- Trabalhar a ideia de intervenção estatal e as limitações dela derivadas a incidir na propriedade privada.
- Conhecer as teorias que embasam a responsabilidade extracontratual do Estado à luz da CF-88 e da legislação civil;
- Estudar os princípios constitucionais do processo administrativo e sua estruturação com base na Lei Federal nº 9.784/99;
- Estudar a improbidade administrativa e sua repercussão na esfera penal, administrativa e civil e variadas formas de controle da Administração Pública.

### **5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

Unidade I – Intervenção do Estado na Propriedade Privada. Desapropriação. II- Agentes Públicos. III- Responsabilização Civil do Estado. IV- Licitação. Modalidade. Dispensa. Inexigibilidade. Procedimento. Recursos. Rescisão. Sanções. V- Contrato administrativo. Definição. Espécies. Clausulas exorbitantes. Formação. Execução. Alteração contratual. Rescisão contratual. Modalidades. Sanções administrativas. VI- Processo Administrativo. VII- Improbidade Administrativa. VIII- Controle da Administração Pública.

### **6. METODOLOGIA DO TRABALHO:**

A disciplina será desenvolvida com aulas expositivas e participativas com a utilização de quadro e de slides, analisando casos práticos e realizando debates a partir dos artigos propostos, leitura de trechos de informativos dos tribunais superiores, resolução e debate de questões de concursos



passados e de exames da OAB e avaliação através de provas escritas contendo questões discursivas.

## **7. SISTEMA DE AVALIAÇÃO:**

### **1ª. ETAPA DE AVALIAÇÃO:**

a) Avaliação contendo questões objetivas; individual; valor: 10,0 (dez) pontos;

### **2ª. ETAPA DE AVALIAÇÃO:**

a) Avaliação contendo questões objetivas; individual; valor de 10,0 (dez) pontos.

a) **2ª. CHAMADA:** Todo o conteúdo da disciplina; individual; valor: 10,0 (dez);

b) **PROVA FINAL:** Todo o conteúdo da disciplina; individual; valor: 10,0 (dez);

OBS: As datas poderão sofrer alterações de acordo como disciplinado pela Secretaria Acadêmica da IES FASETE.

## **8. ATENDIMENTO EXTRA-CLASSE:**

Conforme prévio acordo com o professor.

## **9. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2012.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Curso de Direito Administrativo**. Salvador: Juspodivm, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Impetus, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2012.

## **10. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CARVALHO. Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 3ª d. Salvador: Juspodivm. 2016.

MAZZA. Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 7ª ed. São Paulo. Saraiva. 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lumen

Juris, 2009.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Prática do Processo Administrativo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

LOUBET, Wilson Vieira. **O princípio da indisponibilidade do interesse público e a administração consensual**. Brasília: Consulex, 2009.

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2005.

## **11. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES (\*)**



**FACULDADE SETE DE SETEMBRO – FASETE**  
Credenciada pela Portaria/MEC nº 206/2002 – D.O.U. 29/01/2002  
ORGANIZAÇÃO SETE DE SETEMBRO DE CULTURA E ENSINO LTDA  
CNPJ: 03.866.544/0001-29 e Inscrição Municipal nº 005.312-3

**(\*)=Assuntos trabalhados no PIT.**

**Paulo Afonso/BA, 01 de julho de 2017**

**Mario Jorge Cardoso de Oliveira**  
**Professor**

**José Élio Ventura da Silva**  
**Coordenador**